

# **“Por mares nunca dantes navegados”: contributos para uma cartografia do ciberespaço lusófono<sup>1</sup>**

Lurdes Macedo\*

Moisés de Lemos Martins\*\*

Isabel Macedo\*\*\*

## **Resumo**

Este artigo tem por objectivo apresentar os resultados de uma investigação sobre o papel do ciberespaço na (re)construção da identidade lusófona. Procurando dar um primeiro passo para a compreensão do processo de estabelecimento de relações, no espaço virtual, entre cidadãos que pensam, sentem e falam em português, serão aqui apresentados e discutidos os resultados da análise e da monitorização realizadas, durante um período de três meses, a 348 páginas Web do ciberespaço lusófono. Esses resultados constituem os contributos para uma cartografia deste espaço virtual da língua portuguesa.

Para uma melhor interpretação desta cartografia, apresenta-se também uma breve análise das políticas para a Sociedade da Informação e dos indicadores de desenvolvimento deste paradigma nos oito países que constituem a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

**Palavras-chave:** Ciberespaço, Lusofonia, Identidade, Blogosfera, Sociedade da Informação

## **Abstract**

This article aims to present the results of an investigation about the role of cyberspace in the (re) construction of the lusophone identity. Looking to take a first step toward understanding the process of establishing relationships in virtual space, between people who think, feel and speak in Portuguese, the results of the analysis and monitoring conducted during a period of three months, to 348 web pages of lusophone cyberspace will be presented and discussed. These results constitute a contribution to this Portuguese language virtual space cartography.

<sup>1</sup> Artigo desenvolvido no âmbito do projecto de investigação “Narrativas identitárias e memória social: a (re)construção da lusofonia em contextos interculturais”, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/CCI-COM/105100/2008).

\* Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), Universidade do Minho [mlmacedo71@gmail.com](mailto:mlmacedo71@gmail.com)

\*\* Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), Universidade do Minho [moiseslmartins@gmail.com](mailto:moiseslmartins@gmail.com)

\*\*\* Bolseira do projecto “Narrativas identitárias e memória social: a (re)construção da lusofonia em contextos interculturais”, CECS, Universidade do Minho [isabelmaced@gmail.com](mailto:isabelmaced@gmail.com)

For a better interpretation of this mapping, it is also presented a brief analysis of the Information Society policies and of the development indicators of this paradigm in the eight countries forming the Community of Portuguese Language Countries (CPLP).

**Keywords:** Cyberspace, Lusophony, Identity, Blogosphere, Information Society

## I. Introdução

A aposta no paradigma da Sociedade da Informação tem vindo a tornar-se numa prioridade política na maioria dos países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, sendo este considerado a base para uma sociedade competitiva. Todavia, trata-se de um paradigma complexo e, por vezes, de difícil apreensão. Os fenómenos de descentralização e de deslocalização da indústria para outros países, a flexibilidade nas técnicas de produção, o estímulo ao consumo, a efemeridade das relações, o individualismo, a importância dada ao material e ao capital económico, bem como as constantes migrações que caracterizam a contemporaneidade, afectam, inevitavelmente, o modo como é perspectivada a Sociedade da Informação nos nossos dias (Harvey, 1995; Bauman, 1995; Santos, 2001).

Também Castells, na trilogia *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, descreve a sociedade *informacional* como um paradigma cuja flexibilidade permite a sua própria reconfiguração, já que este caracteriza uma sociedade em permanente mudança (Cardoso, 1998; Sousa, 2004; Macedo, 2005). Apesar da dificuldade em definir este paradigma, há que reconhecer um denominador comum no pensamento de todos os autores que dele se têm vindo a ocupar: o papel determinante que o desenvolvimento e a proliferação das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) assumem no advento da Sociedade da Informação.

Todos assistimos nos últimos anos, conforme nos recorda Webster (1999), à acentuada redução dos preços do material electrónico e informático, ao mesmo tempo que nos fomos rendendo às suas indiscutíveis capacidades de processamento, armazenamento e transmissão de informação. Aqui parecem residir as razões que conduziram à rápida aplicação destes dispositivos em todos os domínios da experiência humana.

Paralelamente, a convergência de redes informáticas e de telecomunicações permitiu o desenvolvimento de meios de gestão da informação e a sua distribuição extensiva, bem como a possibilidade de estabelecer ligação directa entre espaços físicos longínquos. O modo como procedemos à integração desta nova realidade evidencia a emergência de novas estratégias de organização e de apropriação do binómio espaço/tempo na nossa contemporaneidade<sup>2</sup>: a comunicação entre cidadãos

<sup>2</sup> Webster apresenta cinco definições, que configuram dimensões analíticas, para a compreensão do paradigma de organização social que se desenha em torno da introdução das tecnologias de informação e comunicação na nossa experiência. Apresenta-se, por ora, o entendimento do autor no que respeita à definição tecnológica e à definição espacial.

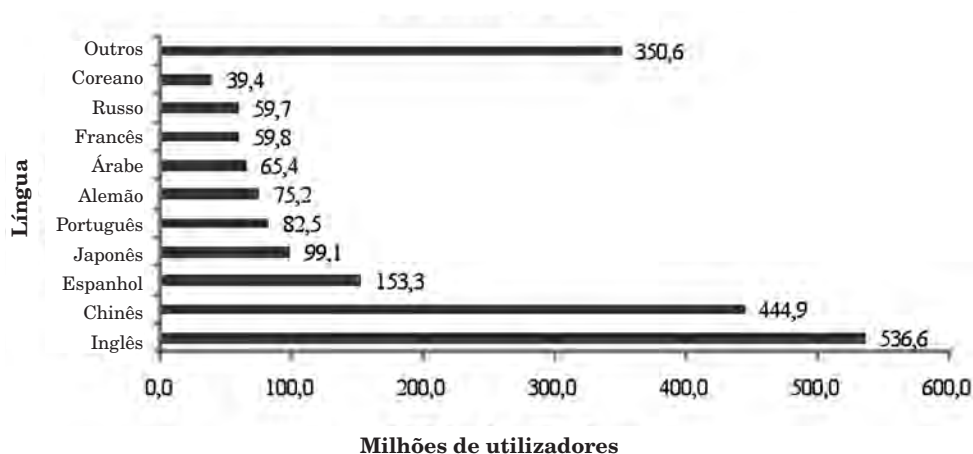
residentes nos mais diversos pontos do planeta passou a realizar-se, em tempo real e a baixo custo, por via das tecnologias que determinam o paradigma comunicacional da Sociedade da Informação.

A este propósito Lawson-Borders & Kirk (2005) referem que as novas tecnologias, nomeadamente a Internet, permitem aos utilizadores o desenvolvimento de comunidades virtuais que comunicam entre si através de múltiplos canais tais como chats, grupos de trabalho, páginas Web pessoais e blogues. Na opinião de Mitra (2008: 470), os mesmos “blogues e o espaço que estes criam, podem oferecer uma sensação de conforto e segurança que o espaço real pode não garantir”.

Se relacionarmos esta nova realidade comunicacional com o poderoso factor identitário que uma língua em comum pode constituir, estaremos em condições de reflectir sobre o contributo do ciberespaço para a aproximação entre cidadãos falantes de um mesmo idioma. E se pensarmos numa língua falada por muitos milhões de cidadãos, dispersos por todos os cantos do mundo, pertencentes às mais diversas etnias e culturas, esta reflexão afigura-se ainda mais pertinente. Trata-se do caso da língua portuguesa.

Segundo a *Internet World Stats*, em Junho de 2010, este dispositivo era utilizado por 1 966 514 816 de pessoas em todo o mundo. Os utilizadores lusófonos eram, aproximadamente, 82 548 200, representando a quinta comunidade linguística com maior representatividade no ciberespaço, como é possível verificar no gráfico que a seguir se apresenta.

**Dez línguas com maior presença na Internet (em milhões de utilizadores) — 2010**



**Gráfico I:** Representatividade das dez línguas com maior presença na Internet, em milhões de utilizadores (Junho de 2010)<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Fonte: Internet World Stats ([www.internetworldstats.com/stats7.htm](http://www.internetworldstats.com/stats7.htm)).

É um facto que, em poucos anos, milhares de sites, de blogues e de fóruns escritos em português inundaram a Internet, tornando a língua de Camões numa das mais influentes na *World Wide Web*. Assim, o novo paradigma comunicacional baseado na convergência e na ampla utilização de infotecnologias — a Sociedade da Informação — parece convocar o ciberespaço enquanto um novo lugar da lusofonia, no qual se estabelecem redes virtuais de comunicação entre cidadãos que pensam, sentem e falam em português.

Contudo, para que conheçamos melhor esta nova realidade, há que lançar algumas questões e procurar dar-lhes resposta de uma forma fundamentada. O modo como os falantes de língua portuguesa utilizam a Internet conduz, de facto, à sua aproximação? Os conteúdos escritos em português que se encontram acessíveis na Web fomentam a consciência colectiva de uma comunidade lusófona? O que é que o ciberespaço acrescenta à experiência da lusofonia?

Partindo do pressuposto que para compreender o papel do ciberespaço na (re)construção da identidade lusófona seria necessário proceder à sua caracterização, propusemo-nos à tarefa de elaborar uma primeira cartografia do ciberespaço de língua portuguesa. E para melhor podermos interpretar esta cartografia, fizemos, a montante, uma análise ao estado das políticas para a Sociedade da Informação nos oito países que constituem a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)<sup>4</sup>, bem como aos seus indicadores de desenvolvimento deste paradigma.

## II. Políticas para a Sociedade da Informação nos Países Lusófonos

A capacidade de utilização das TIC, bem como o acesso aos fluxos de informação e de comunicação que cruzam o mundo, definem, na actualidade, as condições de existência de cada país e de cada região na Sociedade da Informação. É deste modo, que o poder das organizações e dos indivíduos fica dependente do seu posicionamento face às redes e aos fluxos de informação e de conhecimento, enquanto que o poder dos Estados é determinado, em boa parte, pela importância estratégica atribuída ao desenvolvimento das TIC (Bóia, 2003).

Interessa, por isso, perceber qual o posicionamento dos países da CPLP em relação a esta matéria e quais as políticas que implementaram, até ao momento, para o desenvolvimento da Sociedade da Informação. Tratando-se de países com diferentes paradigmas e diferentes graus de desenvolvimento, bem como de países tradicionalmente considerados periféricos, importa compreender os seus esforços de inclusão na Sociedade da Informação, confrontando-os com o facto de a língua portuguesa

<sup>4</sup> De acordo com o sítio oficial da CPLP, esta “assume-se como um novo projecto político cujo fundamento é a Língua Portuguesa, vínculo histórico e património comum dos Oito — que constituem um espaço geograficamente descontínuo, mas identificado pelo idioma comum. A CPLP tem como objectivos gerais a concertação política e a cooperação nos domínios social, cultural e económico” (<http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=241>, acedido em 10.09.2010).

se assumir como uma das mais representativas na Internet. No quadro seguinte, é possível observar, de forma sistematizada, os instrumentos de política que cada um destes países promoveu, nos últimos anos, neste sentido.

País	Políticas para a Sociedade da Informação	Data
Angola	Plano de Acção para a Sociedade da Informação	2005
	Plano de Acção para a Governação Electrónica	2005
	Anteprojecto da Lei das Tecnologias de Informação da República de Angola	2007
Brasil	Sociedade da Informação no Brasil - Livro Verde	2000
Cabo Verde	Plano de Acção para a Governação Electrónica	2005
	Programa Estratégico para a Sociedade da Informação	2005
Guiné-Bissau	Lei de Base das Telecomunicações	1999
Moçambique	Política de Informática	2000
	Estratégia de Implementação da Política de Informática	2002
	Lei de Base das Telecomunicações	2004
Portugal	Livro Verde para a Sociedade da Informação	1997
	Plano de Acção para a Sociedade da Informação	2003
	Programa Ligar Portugal	2005
	Plano Tecnológico	2005
S. Tomé e Príncipe	Lei das Telecomunicações	2004
Timor-Leste	Lei de Base das Telecomunicações	2003

**Quadro I:** Políticas implementadas nos oito países da CPLP para o desenvolvimento da Sociedade da Informação.

#### a) Angola

A promoção da inserção de Angola na Sociedade da Informação é um projecto liderado pela Comissão Nacional de Tecnologias de Informação. Este projecto encontra-se estruturado através de dois planos: o PASI — Plano de Acção para a Sociedade de Informação — e o PAGE — Plano de Acção para a Governação Electrónica.

Em 2007 foi aprovado o Ante-projecto da Lei das Tecnologias de Informação da República de Angola. Tratou-se do primeiro passo, neste país africano, no sentido

da criação de uma legislação que contemple “a protecção jurídica de matérias como o comércio electrónico, os documentos electrónicos e a assinatura digital, a protecção jurídica de dados pessoais, a protecção da privacidade no sector das comunicações electrónicas, a protecção jurídica de programas de computador, a protecção jurídica de bases de dados e a criminalidade informática.”<sup>5</sup>

O desenvolvimento assente no paradigma da Sociedade da Informação em Angola é encarado como uma prioridade para o governo, estando consagrado no Plano de Acção aprovado em 2005 pelo Conselho de Ministros. De acordo com José Eduardo dos Santos (2005:4)<sup>6</sup>, quer o Plano de Acção para a Governação Electrónica, quer o Plano de Acção para a Sociedade de Informação “constituem duas provas cabais da nossa ambição, no nosso interesse e da nossa visão e futuro, para a concretização de uma Estratégia para o Desenvolvimento das Tecnologias de Informação até ao ano de 2010”.

O Plano de Acção para a Sociedade de Informação encontra-se estruturado em dez pilares: construir uma infra-estrutura digital para o futuro; governação orientada para o desenvolvimento; desenvolver as competências para o futuro; dinamizar uma economia competitiva; assegurar saúde para todos; garantir o desenvolvimento sustentado; promover um ambiente estimulante; assegurar capacidade organizacional; financiar e medir a Sociedade da Informação<sup>7</sup>.

## **b) Brasil**

No que se refere ao Brasil, em 2000 é publicado o Livro Verde para a Sociedade da Informação, documento que enuncia as metas de implementação do Programa Sociedade da Informação. Este livro contempla um conjunto de acções para o desenvolvimento deste paradigma no Brasil no que se refere à ampliação do acesso, aos meios de conexão, à formação de recursos humanos, ao incentivo à pesquisa e desenvolvimento, ao comércio electrónico e ao desenvolvimento de novas aplicações.

Apesar das acções desenvolvidas pelo Governo Brasileiro para ampliar a inclusão digital e o acesso às Tecnologias da Informação pelas classes economicamente menos favorecidas da população, ainda há grandes lacunas nessa área que reforçam a exclusão social no país, como será analisado posteriormente neste trabalho.

## **c) Cabo Verde**

As acções e projectos oficiais de Cabo Verde, assim como todas as políticas especificamente elaboradas para a Sociedade da Informação, são postas em prática pelo NOSI (Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação), oficialmente apresentado em 2004. Segundo a sua própria apresentação, o NOSI tem como objectivo principal “o estabelecimento de um novo paradigma cultural de inclusão digital, focado

<sup>5</sup> Excerto do Ante-projecto da Lei das Tecnologias de Informação da República de Angola.

<sup>6</sup> Excerto do PASI - Plano de Acção para a Sociedade de Informação (2005).

<sup>7</sup> Objectivos do PASI - Plano de Acção para a Sociedade de Informação (2005).

no cidadão/cliente, com a redução de custos unitários, a melhoria da gestão e da qualidade dos serviços públicos, a transparência e a simplificação de processos”<sup>8</sup>. Apesar criação desta entidade em 2004, de acordo com Tavares (2007), a realidade Cabo-verdiana é ainda caracterizada por uma falta de regulamentação a nível das TIC.

#### **d) Guiné-Bissau**

A Lei de Base das Telecomunicações, de 1999, é a política do Governo da Guiné-Bissau relativa às telecomunicações e tem como objectivos: promover o desenvolvimento das telecomunicações na Guiné-Bissau mediante a definição de um quadro jurídico adequado de acordo com as exigências da liberalização; promover e dar ênfase ao papel das telecomunicações como instrumento fundamental do desenvolvimento económico e social; criar as condições favoráveis à emergência e desenvolvimento dum sector concorrencial das telecomunicações a fim de facilitar o acesso dos utentes aos serviços novos e a melhores preços; desenvolver e melhorar o serviço de telecomunicações de uso público perspectivando uma melhor cobertura nacional em termos de acesso universal das telecomunicações<sup>9</sup>.

#### **e) Moçambique**

Em Moçambique, a implementação das TIC teve início na década 90 com os primeiros serviços de Internet *dial-up* fornecidos pelo Centro de Informática da Universidade Eduardo Mondlane (CIUEM), a partir de 1993. Este centro foi estabelecido como unidade autónoma da Universidade Eduardo Mondlane em 1983 e, juntamente com o Centro de Processamento de Dados (CPD) do governo, constituiu a base para as iniciativas posteriores nesta matéria.

Em 1998, foi criada a Comissão para a Política de Informática (CPI), com o objectivo de desenvolver e supervisionar a elaboração da mesma. Esta comissão era presidida pelo Primeiro-Ministro e pelos ministros das Finanças, Educação, Ciência e Tecnologia, Transportes, Comunicações e Educação, bem como por representantes de outras entidades tais como a empresa Telecomunicações de Moçambique (TDM) e a Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

Depois da aprovação da Política de Informática em 2000, a Comissão para a Política de Informática supervisionou a preparação e aprovação da respectiva Estratégia de Implementação, assegurando as tarefas de coordenação e direcção global da aplicação da mesma. Foram também criadas Comissões Provinciais de Informática que funcionam actualmente a partir dos Gabinetes dos Governadores Provinciais.

A Unidade Técnica de Implementação da Política de Informática (UTICT) foi criada em 2002 como órgão de apoio técnico ao Governo na implementação da Política de Informática, subordinada inicialmente à CPI.

<sup>8</sup> NOSI - Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação de Cabo Verde.

<sup>9</sup> Lei de Base das Telecomunicações de Guiné-Bissau (1999).

A Política de Informática aprovada em 2000, tem a seguinte missão: contribuir para o combate à pobreza e melhoramento das condições de vida dos moçambicanos; assegurar o acesso dos cidadãos aos benefícios do saber mundial; elevar a eficácia e eficiência das instituições do Estado e de utilidade pública na prestação dos seus serviços; melhorar a governação e a administração pública; fazer de Moçambique um produtor e não mero consumidor das tecnologias de informação e comunicação e elevar Moçambique ao nível de parceiro relevante e competitivo na Sociedade Global de Informação<sup>10</sup>.

#### **f) Portugal**

Em Portugal, o Livro Verde para a Sociedade de Informação (1997), define um conjunto de objectivos perseguidos no âmbito da Sociedade da Informação: apetrechar os Estabelecimentos Escolares para a Sociedade da Informação; equipar as Bibliotecas e Arquivos Públicos com Computadores Multimédia; promover Programas de Informação ao Cidadão; apoiar as Associações Culturais, Centros de Juventude e Colectividades de Cultura e Recreio; fomentar Iniciativas de Autarquias Locais para a Democratização do Acesso à Sociedade da Informação; dar Prioridade a Programas de Integração na Sociedade da Informação dos Cidadãos com Deficiências.

A escola assume um destaque especial no desenvolvimento da Sociedade da Informação, sendo considerada um meio privilegiado de actuação para combater a desigualdade de condições de acesso às tecnologias de informação. De acordo com o Livro Verde “As escolas do ensino básico e secundário terão de desempenhar um papel fundamental na eliminação de assimetrias com origem em diferentes condições de acesso no lar, que são uma função do estrato económico da família” (1997:16).

Também a iniciativa *Ligar Portugal (2005)*, integrada no Plano Tecnológico do XVII governo, alarga o âmbito de intervenção do Estado ao desenvolvimento da Sociedade de Informação, tendo como objectivo a generalização do acesso à Internet e às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Este programa assume como prioridades a “ampla apropriação social destas tecnologias, a sua difusão nos vários sectores de actividade, o combate à infoexclusão, a exploração de novos produtos e serviços, o desenvolvimento das capacidades de investigação e formação em domínios emergentes”, para um mercado nacional de telecomunicações mais competitivo.

#### **g) São Tomé e Príncipe**

Quanto a S. Tomé e Príncipe, a Lei das Telecomunicações de 2004, refere que “a legislação sectorial, herdada do período colonial, é incompleta e inadequada”, pelo que se procedeu à elaboração da Lei das Telecomunicações que “tem como objecto constituir a base de uma regulamentação adaptada à modernização das redes e dos serviços de telecomunicações e à abertura progressiva do mercado das telecomunicações à concorrência”<sup>11</sup>.

<sup>10</sup> Política de Informática de Moçambique (2000).

<sup>11</sup> Excerto da Lei das Telecomunicações de S. Tomé e Príncipe (2004).



#### **h) Timor-Leste**

Em Timor-Leste, a Lei de Bases das Telecomunicações (2003), tinha como objectivo a promoção e crescimento da economia do país e desenvolvimento do seu tecido social. Além disso, este documento define que se deve “garantir aos cidadãos o acesso às comunicações e à informação através de uma multiplicidade de meios, corrigindo as assimetrias regionais e atenuando o isolamento geográfico das populações”<sup>12</sup>.

Esta análise aos instrumentos de política implementados para o desenvolvimento da Sociedade da Informação nos oito países da CPLP permite concluir que estamos perante realidades muito diversas.

O país que mais cedo iniciou este investimento, em 1997, e que mais instrumentos de política implementou, até ao momento, foi Portugal. Seguiu-se-lhe o Brasil que em 2000 lança o seu primeiro e determinante instrumento de política nesta matéria. Quanto aos restantes países, poderemos apontar dois grupos distintos: um primeiro grupo, constituído por Angola, Cabo Verde e Moçambique que, durante a última década, implementaram instrumentos de política activa para a Sociedade da Informação e um segundo grupo, constituído pela Guiné-Bissau, por São Tomé e Príncipe e por Timor-Leste, cujos instrumentos de política se resumem a uma lei para as telecomunicações.

No próximo capítulo, procuraremos, através da apresentação dos indicadores de desenvolvimento da Sociedade da Informação nos oito países da CPLP, analisar os efeitos dos instrumentos de política implementados.

### **III. Indicadores de desenvolvimento da Sociedade da Informação nos Países Lusófonos**

Uma grande parte dos benefícios da actual revolução tecnológica ainda não chegou a algumas regiões do mundo em desenvolvimento. Esta era a opinião do secretário executivo da CPLP em funções em 2003, que referia ainda que “num mundo de 5,6 bilhões de habitantes, apenas 150 milhões são usuários de computador. Menos de 1% da população mundial tem acesso à Internet e 91% dos seus usuários estão concentrados nos países desenvolvidos.”<sup>13</sup>

Esta nova ordem social — que gravita em torno de mecanismos de inclusão e exclusão ditados pelo acesso às TIC e à informação — tem vindo a merecer a atenção de alguns dos pensadores mais influentes do nosso tempo.

A *infoexclusão* — conceito proposto por Castells (2004: 288) para descrever uma nova forma de agudização da exclusão das franjas das sociedades desenvolvidas,

<sup>12</sup> Excerto da Lei de Bases das Telecomunicações de Timor-Leste (2003).

<sup>13</sup> Excerto do discurso proferido pelo ex-secretário executivo da CPLP, Embaixador João Augusto de Medicis, durante a Cimeira Mundial sobre a Sociedade de Informação — WSIS, 2003.

bem como do colectivo das sociedades menos avançadas — configura, assim, uma das preocupações a ter em conta no desenvolvimento da Sociedade da Informação. A antevisão de um mundo dividido entre os “inforricos” — aqueles que podem aceder às novas infotecnologias — e os “infopobres” — aqueles que, por razões económicas e culturais, não lhes podem aceder — coloca-nos perante a questão económica que constitui a generalização do acesso às TIC e à informação por parte das populações mais desfavorecidas, bem como perante a questão educativa e cultural que representa a sua sensibilização e o treino das suas competências para a utilização destes novos dispositivos (Macedo, 2005).

Afigura-se, deste modo, pertinente analisar alguns indicadores relativos à utilização da Internet nos oito países que integram a CPLP. Tendo presente a anterior apresentação das políticas para o desenvolvimento da *Sociedade de Informação* nos mesmos países, pretende-se fazer um cruzamento de informação que nos permita perceber os efeitos destas políticas, que se situam no plano das intenções, no acesso à Internet por parte dos cidadãos, que se situa no plano dos resultados.

País	População (M)	Subscrições (000s)	Subscrições por 100 habitantes	Utilizadores (000s)	Utilizadores por 100 habitantes
Angola	18,50	107,00	0,59	550,00	3,05
Brasil	193,73	11401,90	5,94	72027,70	37,52
Cabo Verde	0,51	9,20	1,85	102,80	20,61
Guiné-Bissau	1,61	0,70	0,04	37,10	2,35
Moçambique	22,89	---	---	350,00	1,56
Portugal	10,71	1675,40	15,69	4711,80	44,13
S. Tomé e Príncipe	0,16	2,50	1,60	24,80	15,48
Timor-Leste	1,13	0,70	0,07	1,80	0,16

Ano de referência dos dados: 2008

Fonte: International Telecommunication

**Quadro II:** Indicadores de utilização da Internet nos países lusófonosUnion

Angola, com uma população de cerca de 18 milhões de habitantes, é um país de 1240 000 Km<sup>2</sup>, com milhares de minas anti-pessoais implantadas nas áreas agrícolas (Narciso, 2004). Desde que foi decretado o cessar-fogo em 2002, que pôs termo a mais de 25 anos de guerra civil, Angola tem vindo a canalizar fundos para a reconstrução das infra-estruturas. Trata-se de um país que dispõe apenas de uma rede fixa de telefones públicos que não se estende a todo o país. Possui apenas duas empresas de telecomunicações móveis, uma privada e outra pública, instaladas nas principais cidades e, além disso, debate-se com problemas de energia e de água (Narciso, 2004). No que se refere ao acesso às novas tecnologias, nomeadamente à Internet, apenas 3,05% da população o consegue fazer e desses, só 0,59% subscrevem o

serviço. Estes indicadores realçam os desafios que Angola enfrenta no que diz respeito à integração na Sociedade da Informação, apesar de alguns instrumentos de política terem sido implementados nesta matéria.

Na opinião de Wagner (2010:47), o Brasil tem “experimentado inegáveis avanços no acesso da população à Internet, embora os números ainda revelem fortes disparidades, conforme as regiões do país, as classes sociais e o nível de escolaridade das pessoas”. Ainda de acordo com este autor, esses avanços ocorrem devido ao aumento do número de famílias que possuem computadores e de pessoas que têm acesso à Internet. No Brasil, 37,52% da população é utilizadora de Internet, mas apenas 5,94% subscreve o serviço. Esta baixa percentagem de subscrições tem a ver com a proliferação das *lanhouses* — espaços colectivos de utilização de Internet a baixo custo — quer nas regiões mais desfavorecidas, quer nas grandes cidades.

Os dados da recente Pesquisa TIC Domicílios 2009 revelam que, embora tenha havido um crescimento no uso da Internet junto à população mais pobre, o acesso a este dispositivo continua concentrada nas classes mais ricas, as quais apresentam um desempenho semelhante à media dos países desenvolvidos. De acordo com Santos (2009:55), a Internet no Brasil “é ainda um fenómeno urbano, sobretudo devido ao desinteresse das operadoras que, hoje, concentram os seus negócios nas áreas de maior rendimento e densidade populacional”.

Em Cabo Verde, 20,61% da população utiliza a Internet e 1,85% subscreve este serviço. Num trabalho realizado em 2010 pela *International Telecommunication Union* (ITU), é analisada a evolução da penetração da Internet neste país, que aumentou de 8% em 2007 para aproximadamente 21% em 2008, alcançando o maior aumento registado em África nesse ano. Um dos factores que contribuiu para este aumento de utilizadores teve a ver com a entrada de um segundo fornecedor de serviços de Internet (Cabocom) em 2008, terminando com o monopólio da Cabo Verde Multimedia (ITU, 2010). Poder-se-á também atribuir a rápida evolução deste indicador a certas características específicas do país que, normalmente, se encontram associadas a uma maior apetência para a procura de serviços de Internet: a insularidade, a ultraperifricidade e a fragmentação do território, bem como a dimensão e a dispersão geográfica da sua diáspora.

Quanto ao acesso aos serviços de Internet na Guiné-Bissau, 2,35% da população utiliza a Internet e apenas 0,04% subscreve o serviço. Há um enorme *deficit* no fornecimento deste serviço quer ao nível de administração pública, quer no sector privado. Seidi (S/D), refere que se pode “percorrer quase uma dezena de quilómetros para aceder ao precioso serviço cujo funcionamento requer muita paciência do utilizador”. Ainda na opinião deste autor, “para muitos cidadãos Guineenses as tecnologias de informação e das comunicações fazem parte da ficção científica”.

Por sua vez, em Moçambique, 1,56% da população é utilizadora da Internet, não tendo a ITU disponibilizado os dados relativos à percentagem de subscrições. Um dos factores subjacentes ao limitado acesso a este dispositivo em Moçambique resulta de estarmos na “presença de infra-estruturas (energia, telecomunicações), equipamento

e a capacidade de usá-lo”, extremamente reduzidos (Gaster, Cumbana, Macueve, Domingos e Mabila, 2009:4). Segundo os mesmos autores, a introdução das TIC deveria constituir uma acção estratégica, que permitisse a melhoria da vida dos cidadãos em todos os aspectos. De facto, parece haver alguma lentidão no processo de implementação do acesso generalizado às TIC, apesar dos instrumentos de política implementados neste país.

Em Portugal, 44,13% da população utiliza a Internet e 15,69% subscreve este tipo de serviço, havendo cada vez mais famílias com computador e acesso à Internet no domicílio. Comparativamente aos outros países que compõe a CPLP, Portugal teve condições mais favoráveis à implementação da Sociedade da Informação. Por um lado, contou com o apoio financeiro da União Europeia para o desenvolvimento inspirado neste paradigma; por outro lado — e comparativamente ao Brasil, por exemplo — trata-se de um país de pequena extensão territorial, com pouco mais de 10 milhões de habitantes, sendo mais fácil a sua administração (Rodrigues, Simão e Andrade, 2003). Estes factores colocaram Portugal num patamar de desenvolvimento mais elevado no acesso à informação e ao conhecimento, no conjunto dos oito países da CPLP.

No que se refere a São Tomé e Príncipe, 15,48% da população utiliza a Internet e 1,60% subscreve este serviço. Fall (2007), refere que a Companhia Santomense de Telecomunicações é o principal fornecedor de serviços de Internet e que o governo não considera as TIC como sector prioritário de intervenção, embora reconheça que estas tecnologias são um instrumento essencial de partilha de informação e de conhecimento e uma mais-valia para a gestão eficiente e para o desenvolvimento dos recursos do país. Os objectivos estratégicos delineados para São Tomé e Príncipe têm como principal prioridade a redução da pobreza da população e, neste contexto, as TIC seriam um instrumento que contribuiria para alcançar esse objectivo. É curioso perceber como este pequeno país, mesmo sem ter implementado qualquer política activa para o desenvolvimento da Sociedade da Informação, apresenta indicadores mais favoráveis do que outros países em que esse tipo de política conhece instrumentos específicos. Mais uma vez, poderemos propor a insularidade, a ultraperifericidade e a fragmentação do território, bem como a dimensão e a dispersão da diáspora como factores explicativos para a procura de serviços de Internet acima do expectável.

No que se refere a Timor-Leste, apenas 0,16% da população utiliza a Internet e destes apenas 0,07% subscreve o serviço. Para compreendermos esta baixa percentagem de utilizadores é relevante considerarmos que Timor-Leste viveu longos períodos de ocupação e conflito como os “dias anteriores e posteriores ao referendo celebrado naquele território a 19 de Agosto de 1999” (Pena, 2009:26), que resultaram na devastação das infra-estruturas sociais e de comunicação. Como referimos anteriormente, a limitada legislação nesta área, apresenta como objectivo o acesso de toda a sociedade civil à Internet, contudo “os preços elevados, infra-estruturas deficientes e o monopólio das telecomunicações significam que existe ainda um longo

caminho a percorrer antes que as tecnologias digitais tenham um impacto generalizado positivo para o acesso ao conhecimento, ao emprego e ao desenvolvimento económico daquele país” (Moreira, 2010)<sup>14</sup>.

Poderemos concluir que, embora as políticas para a Sociedade da Informação estejam directamente correlacionadas com os indicadores de desenvolvimento nesta matéria, nem sempre estas políticas produzem resultados ao nível das expectativas. Factores como a extensão territorial do país, a concorrência no sector das telecomunicações, a taxa de cobertura dos serviços e, eventualmente, a própria condução da implementação dessas políticas, condicionam os resultados alcançados ao nível dos indicadores.

#### IV. A blogosfera como oportunidade de participação no ciberespaço

No entendimento de Lévy (2003), a propagação do ciberespaço à escala planetária criou, no nosso tempo, condições favoráveis à liberdade criativa. Este é um fenómeno que se deve às múltiplas vantagens que a Internet apresenta enquanto sistema de comunicação: baixo custo, interacção em tempo real e, sobretudo, liberdade de expressão. O ciberespaço é, por isso, considerado por este autor como um lugar de emancipação, uma nova *ágora* para a deliberação política, um terreno propício para o desenvolvimento de uma inteligência colectiva capaz de englobar a diversidade, um território configurador do espaço público necessário à intervenção de uma sociedade civil com consciência global.

Dentro do ciberespaço, a blogosfera — ou seja, o espaço ocupado por blogues — parece ser aquele que mais potencial apresenta para a intervenção directa dos cidadãos.

Na perspectiva de Alvim (2007:1), “O blogue é uma página na Web, com um endereço atribuído, suportado por um software de acesso livre e que pode ser gratuito ou não, com ou sem fins lucrativos, em que o seu criador/autor (individual, grupo de pessoas ou uma instituição) coloca entradas individuais, escreve um *post*, com frequência variada, sobre um tema do seu interesse, de forma livre e independente.”

Os sites diferenciam-se dos blogues, basicamente, porque aqueles são páginas feitas em HTML ou outra linguagem de programação, com parte ou todo o conteúdo fixo ou actualizado esporadicamente. Além disso, não existe a possibilidade de o visitante associar um comentário próprio a determinado conteúdo do site.

Por sua vez, Fox, Willie e Maciel (2009: 89) consideram que um blogue é uma página de Internet “constantemente actualizada com textos apresentados em ordem cronológica reversa, que permitem a interacção dos internautas que os visitam”. Os mesmos autores acrescentam que se trata de espaços que podem ser utilizados como “instâncias de definição de uma identidade virtual”, correspondendo a alguém que geralmente existe no mundo físico. É neste sentido que os autores argumentam que

<sup>14</sup> Disponível em <http://pt.globalvoicesonline.org/2010/07/22/timor-leste-ligando-a-sociedade-civil/>.

os blogues “convertem-se em linguagens digitais, que tornam possível a construção de um novo tipo de identidade”.

A função atribuída aos blogues é exposta por Drezner e Farrell (2004: 5) os quais referem que estes podem “funcionar como diários pessoais, colunas de conselhos técnicos, chats de desporto, informação sobre celebridades, comentários políticos, ou todas as anteriores”. Para estes autores um blogue pode ser definido como “uma página Web com o mínimo de edição externa, fornecendo comentários online, actualizado periodicamente e apresentado em ordem cronológica inversa, com links para outros blogues”.

Talvez a diferença mais importante entre os blogues e os media tradicionais é que os blogues são fenómenos Web que contam com redes de hiperlinks. Alguns blogues são basicamente uma compilação de hiperlinks, outros incluem comentários. Todos os blogues, por definição, possuem ligações para outras fontes de informação, incluindo outros blogues (Drezner e Farrell, 2004).

Os mesmos autores referem ainda que muitos bloguistas mantêm um «blogroll», ou uma lista de blogues que eles frequentemente lêem ou seguem, com links clicáveis para o geral URLs (endereços Web) dos blogues, acrescentando que estes blogrolls costumam ocupar uma posição permanente na página do blogue, fornecendo informações sobre os interesses do bloguistas e sobre as suas preferências dentro da blogosfera. Para Drezner e Farrell (2004) é evidente que os bloguistas tendem a utilizar os seus blogrolls para se ligarem com outros com os quais partilham interesses comuns. Há também bloguistas que escrevem mensagens específicas que contêm links para outros blogues. Ao contrário dos links no blogroll, os links dentro de *posts* são arquivados como mensagens novas substituindo as antigas ao longo do tempo.

Normalmente, esses *posts* ligam directamente para um *post* específico dentro de outro blogue, fornecendo também alguns comentários sobre esse *post*. Os autores realçam também que a publicação de *posts* comentando outros *posts* são uma forma de intercâmbio de informação na blogosfera. A este propósito, Drezner e Farrell (2004:7) indicam que “os debates na blogosfera podem, muitas vezes, assemelhar-se a uma câmara de eco — bloguistas que comentam sobre bloguistas, o que pode também tornar-se um meio de informação e de filtragem”.

Na opinião de Blood (2000), com a introdução da Blogger em 1999, dá-se uma transformação na blogosfera. Enquanto, inicialmente, os blogues eram uma mistura de links, comentários e notas pessoais, com a introdução da Blogger, passa a existir um número considerável de blogues em forma de jornal ou diário. Estes blogues, frequentemente actualizados, passaram a constituir um espaço de publicação dos pensamentos e vivências dos bloguistas (Blood, 2000).

De acordo com Blood (2000), a “promessa da Web é que todos poderiam publicar, que mil vozes poderiam florescer, comunicar, conectar-se”. Ainda na opinião da autora, efectivamente, passamos de uma fase em que só aquelas pessoas que sabiam

como elaborar códigos de uma página web poderiam fazer ouvir a sua voz, para uma nova fase em que pessoas com pouco conhecimento de construção de páginas na Internet passaram a ter a possibilidade de publicar na web. Para esta autora, é interessante analisar o modo como os novos bloguistas se posicionam na comunidade, analisar as referências e reacções aos blogues que lêem mais, bem como analisar a barra lateral do blogue enquanto “afirmação da tribo à qual ele deseja pertencer” (Blood, 2000).

Drezner e Farrell (2004:6) corroboram esta perspectiva sobre o crescimento do número de blogues, referindo que a “grande transformação no seu crescimento dá-se em 1999 quando Pyra Labs desenvolve o software Blogger tornando disponível gratuitamente aos usuários online”.

Os autores acrescentam que

“À medida que a blogosfera foi crescendo, uma variedade de instituições adoptou a forma. Vários jornais de opinião — inclusive *The New Republic*, *Slate*, *Salon*, *New Criterion*, *The American Prospect*, *Reason*, *The Washington Monthly*, e *The National Review* — patrocinaram bloguistas individuais ou desenvolveram o seu próprio espaço de blogues. Exemplo de jornais com blogues são o *San Jose Mercury News*, o *Christian Science Monitor*, o *Chicago Tribune*, e o *Guardian*. Também os Web sites da Fox News, ABC News e MSNBC alojam blogues” (Drezner e Farrell, 2004:6).

Em Portugal, a título de exemplo, o semanário *Expresso* desenvolve o mesmo tipo de política, alojando vários blogues sobre temáticas diversas.

Por sua vez, Serra (2006) considera que esta transformação terá emergido pela tomada de consciência de uma nova forma de reportagem e de produção das notícias, pela própria audiência, e não apenas pelos jornais oficiais. Exemplos disso foram o 11 de Setembro, o maremoto no Sudeste Asiático ou a II Guerra do Golfo. Na opinião do autor, estes momentos constituíram ocasiões em que os blogues demonstraram todo o seu potencial “jornalístico” e, conseqüentemente, a sua relevância para o próprio trabalho dos meios de comunicação dominantes.

A questão, de acordo com o autor, é sabermos se

“ao fazerem assentar os seus *posts* e comentários em temas e notícias dos meios de comunicação dominantes — que são dominantes, também, por imporem determinados temas e notícias de acordo com valores-notícia que obedecem à lógica dominante —, os blogues não põem em risco a pluralidade e a polifonia informativa que, temos de reconhecer, foi, é e será, precisamente, uma das suas características distintas” (Serra, 2006:6).

Blood (2000) considera que actualmente nos vimos envolvidos por uma quantidade tão elevada de dados que não temos tempo para reflectir, mas apenas para reagir face a essa informação. A autora refere ainda, “acredito firmemente no poder dos



weblogs para transformar ambos, escritores e leitores, de *audiência* para *público* e de *consumidor* para *criador*".

Segundo Lawson-Borders & Kirk (2005: 548), uma parte considerável dos blogs colocam ênfase, fundamentalmente, em conteúdos relacionados com os "assuntos da actualidade" sendo o bloguista "o autocrítico que divulga essa informação" e a blogosfera "o universo cada vez maior de bloguistas que têm ligações para sites, notícias e outros". Esta pista foi um dos pontos de partida para o desenho metodológico do estudo que aqui apresentamos.

## V. Para uma cartografia do ciberespaço lusófono: abordagem metodológica

A propósito de tudo o que até ao momento foi abordado, pretendemos agora apresentar alguns resultados da monitorização e da análise realizadas a páginas Web sobre temas relacionados com o mundo lusófono, durante um período de 3 meses (entre Julho e Setembro de 2010)<sup>15</sup>.

Embora os blogs constituam conteúdos provenientes de uma multiplicidade de vozes, quando se trata de identificar, caracterizar e seleccionar fontes, o processo torna-se mais complexo (Mautner, 2005). O próprio dinamismo da Web colocou-nos a primeira grande dificuldade a nível metodológico, uma vez que todo o material aí contido muda constantemente. No caso concreto desta investigação, durante o período de três meses dedicado à identificação, consulta e monitorização de uma amostra de blogs e sites, de entre os blogs inicialmente seleccionados, três cessaram a sua actividade, enquanto milhares de outros, com potencialidades para integrarem o nosso *corpus*, apareceram. Daí que tenhamos que considerar a nossa análise e as conclusões que daí advenham circunscritas ao período de tempo dedicado a esta investigação.

Num trabalho sobre a presença feminina na blogosfera, Cerqueira, Ribeiro e Cabecinhas (2009:123), referem a importância de se proceder à caracterização de quem participa neste espaço virtual. Questionar "quem participa, quais as modalidades dessa participação, quais as motivações e quais as condições culturais, sociais e económicas que lhe são subjacentes", revela-se fundamental para compreendermos o modo como se estabelecem as relações no ciberespaço lusófono. As autoras acrescentam que "num meio tão heterogéneo, importa também fazer uma análise qualitativa do conteúdo dos contributos, de forma a definir se há traços de identificação das vozes que se perfilam nas diferentes áreas".

Concordamos com Mautner (2005) quando este refere que, ao contrário de uma ida a uma livraria, em que a informação disponibilizada é seleccionada, passando por edi-

<sup>15</sup> Os dados apresentados remetem para a análise realizada neste período temporal, sendo importante salientar que se trata de uma cartografia que pode sofrer novas introduções de blogs/sites que se revelem pertinentes no âmbito do ciberespaço lusófono.



tores e académicos, na Internet, encontramos-nos num espaço aberto, desestruturado e anárquico. Este facto constituiu uma segunda dificuldade metodológica, uma vez que os dados de caracterização sociodemográfica dos autores dos blogues (por exemplo, origem geográfica, género, idade, profissão) são muitas vezes difíceis de obter.

Uma outra dificuldade, que já havíamos antecipado, diz respeito à enorme quantidade de blogues e sites em língua portuguesa que se encontram na Internet. Por este motivo, não foi possível, no âmbito desta investigação, proceder a uma cartografia completa do ciberespaço lusófono. Teríamos, então, que restringir a nossa cartografia a uma amostra representativa de blogues e de sites em língua portuguesa.

Tendo em consideração estas dificuldades específicas, iniciamos a constituição da nossa amostra, começando por definir as temáticas sobre as quais deveriam versar os blogues e os sites a seleccionar. Ficou também definido que apenas os blogues e sites não institucionais<sup>16</sup> nos interessariam para a constituição da nossa amostra, uma vez que a nossa questão científica se prende com o contributo do ciberespaço para a (re)construção da identidade lusófona entre os cidadãos. Assumimos também que as temáticas a definir deveriam relacionar-se directamente com a procura de respostas para a nossa questão. Assim, foram definidas as seguintes temáticas: Cultura, Diáspora, Economia, Educação, História, Lusofonia, Memória Social, Política e Sociedade/Actualidade.

A identificação de blogues e de sites sobre estas temáticas, em língua portuguesa, teve por base a inserção em motores de busca (Google e Sapo) de um conjunto de palavras-chave relacionadas com as temáticas definidas: lusofonia, memória social/colectiva/cultural, relações histórico-culturais, colonialismo, diáspora, migrações, redes de sociabilidade, acordo ortográfico, língua portuguesa, identidade e diversidade cultural. Estas palavras-chave foram introduzidas em simultâneo com o nome dos países que constituem o espaço da CPLP. Identificamos, tanto quanto possível<sup>17</sup>, todos os sites/blogues lusófonos, não-institucionais, em todos os países da CPLP, criando de seguida categorias de acordo com as origens, temas específicos e estilos dos sites e blogues, bem como analisando o seu conteúdo.

Na identificação dos dispositivos que constituem a primeira cartografia do ciberespaço lusófono, fomos confrontados com inúmeros blogues/sites, que surgiam com base nas palavras-chave introduzidas nos motores de busca e que, várias vezes, remetiam para conteúdos que não eram os que pretendíamos estudar. Efectivamente, foram necessárias várias horas de leitura para filtrarmos os blogues que de alguma forma iam ao encontro dos objectivos definidos inicialmente. Por exemplo, pudemos constatar a existência de blogues com o título “lusofonia”, nos quais o objectivo não era discutir a identidade criada em torno da língua portuguesa, mas sim

<sup>16</sup> Embora não sejam objecto de análise neste artigo, também foram recolhidos os principais sites institucionais, relativos às temáticas da investigação, existentes no ciberespaço da CPLP, por considerarmos que será pertinente compreender e analisar os discursos institucionais no que se refere aos temas da lusofonia e da memória social.

<sup>17</sup> Referimo-nos, obviamente, à dificuldade metodológica relacionada com as dinâmicas incessantes de aparecimento e desaparecimento de material na internet.

divulgar conteúdos musicais de autores provenientes dos países da CPLP. Estes blogues foram, naturalmente, eliminados da nossa amostra, por não cumprirem os critérios pré-estabelecidos para a selecção. No final deste procedimento, foram seleccionados 348 blogues existentes no ciberespaço lusófono.

A informação recolhida sobre esta amostra de blogues e sites seleccionados foi estruturada numa base de dados de acordo com as seguintes categorias: designação, link, país a que se refere, temática abordada, profundidade de abordagem à temática, autor, residência do(s) autor(es), idioma, contacto, data de início do blogue, data da última actualização e a descrição resumida do conteúdo do blogue.

Para o tratamento estatístico desta informação utilizamos o programa SPSS, que permitiu cruzar algumas variáveis como, por exemplo, a residência dos autores com o país sobre o qual escrevem. Este cruzamento permitiu perceber se os autores escrevem sobre os países a partir dos mesmos ou do exterior. O tratamento estatístico desta informação possibilitou também o cruzamento, entre outras categorias, das temáticas abordadas com o país sobre o qual se escreve, de modo a reflectirmos sobre as temáticas que predominam em cada um dos oito países que constituem o ciberespaço lusófono. Mais elementos sobre o tratamento estatístico realizado serão apresentados no próximo capítulo.

## **VI. Para uma Cartografia do Ciberespaço Lusófono: contributos para uma reflexão**

Como salientam Reese, Rutigliano, Hyun e Jeong (2007:243), “cada nó na Internet existe porque liga com outro ou ligam com este, ou ambos. A Internet é dinâmica, à medida que novas ligações se formam, outras morrem, e o tráfego move-se rapidamente à volta das localizações mais populares do momento”. Compreender como se formam estes elos e o modo como estes contribuem para a (re)construção da lusofonia é um dos principais objectivos deste trabalho de investigação.

Os blogues e as redes sociais de uma forma geral “ilustram a fusão de elementos-chave do desejo humano — a expressão de identidade, a criação de comunidades, a estruturação temporal das experiências passadas e do presente — com as potencialidades das tecnologias da comunicação digital do século XXI (rapidez, alcance, anonimato, interactividade, banda larga)” (Gurak, 2008: 67).

Até que ponto estas potencialidades são mobilizadas pelos cidadãos da CPLP, que utilizam a sua voz, através dos textos e discursos que criam, para produzir uma identidade própria? Na opinião de Mitra (2008: 458), “para muitos leitores, encontrar estes espaços pode ser crucial, porque os espaços criados pelos blogues podem ser aqueles com os quais os leitores estavam familiarizados mas tornaram-se distantes, por exemplo, devido a um processo migratório”. Neste sentido, os blogues podem desempenhar um papel crucial na experiência da diáspora, possibilitando às pessoas que estão longe de lugares familiares a recriação do espaço que foi abandonado.

### a) Início da actividade dos blogues analisados

Os blogues e sites analisados foram criados entre 1998 e 2010 (gráfico II). Como podemos comprovar pela análise do gráfico que a seguir se apresenta, o pico da criação de blogues nos países lusófonos dá-se em 2007, podendo observar-se uma continuidade no desenvolvimento da blogosfera ao longo dos anos seguintes, embora com uma menor frequência. Alguns dos dispositivos analisados não possuem dados relativos à data de início de actividade, estando por isso referenciados “sem informação”. Nestes casos, trata-se fundamentalmente de sites que, ao contrário dos blogues, não possuem referência à data de início, dado que a sua estrutura é organizada de modo diferente.

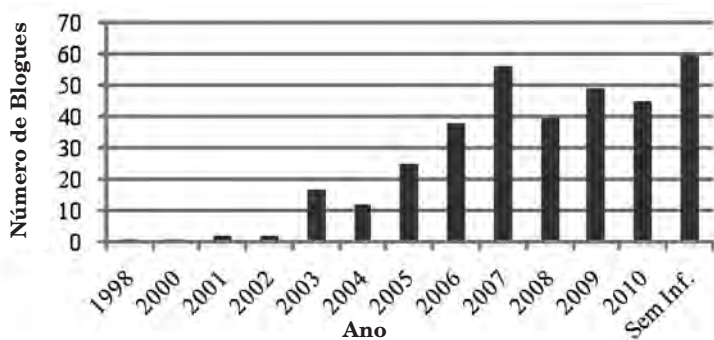


Gráfico II: Data de início da actividade dos blogues

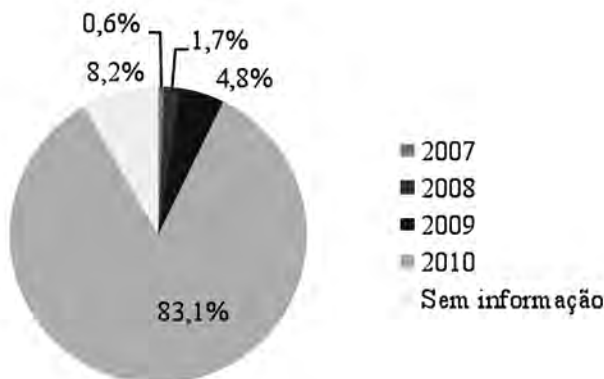
Se analisarmos a data de início de actividade dos blogues recolhidos por país, verificamos que o Brasil foi o país lusófono que iniciou a actividade no ciberespaço mais cedo, em 1998 (quadro III). No que se refere a Portugal, podemos constatar que foi em 2003 se deu o maior crescimento de criação de blogues, sendo o ano de início da maioria dos blogues portugueses analisados. Como referimos anteriormente, os dados que constituem a categoria “sem informação” referem-se maioritariamente a sites que habitualmente não possuem estes dados disponíveis. Contudo, é importante salientar que os dados relativos a “Outros” englobam os dispositivos que se debruçam sobre mais do que um país da CPLP.

PAÍS	ANO												
	1998	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Sem Inf.
Angola						2	1	6	10	8	8	3	5
Brasil	1	1	2	2	2	2	4	1	10	3	11	12	8
Cabo-Verde						1	2	2	3	4	8	15	4
Guiné-Bissau						1		2		1	1		5
Moçambique					1	1	5	6	14	6	3	1	2
Portugal					14	4	13	10	8	9	6	5	11
São Tomé									3	1	1	1	
Timor-Leste								6	6	6	5	7	7
Outros						1		5	2	2	6	1	18

Quadro III: Ano de início da actividade dos blogues por país

### b) Actualização dos sites/blogues

Dos 348 blogues/sites analisados, 296 foram actualizados em 2010. Os restantes foram integrados na base de dados por conterem notícias e discutirem temáticas relacionadas com as palavras-chave objecto desta investigação. Mais uma vez, aqueles que estão integrados na categoria “sem informação” referem-se a sites que, ao contrário da estrutura dos blogues, não possuem informação sobre a data de actualização dos conteúdos disponibilizados online.



**Gráfico III:** Data da última actualização dos blogues/sites

### c) Temáticas abordadas

A maioria dos sites/blogues analisados discute questões de ordem política e social, com reflexões que permitem analisar as representações sociais e as opiniões individuais sobre a actualidade do respectivo país.

Observa-se uma grande variedade de temáticas quando analisamos os conteúdos dos blogues/sites. Contudo, a maioria destes debruça-se sobre questões sociais, políticas e culturais. A temática Sociedade/Actualidade é aquela que integra um maior número de sites/blogues (46,8 %). Isto significa que uma grande maioria dos sites/blogues analisados discutem questões da actualidade (confrontos, problemas sociais, dinâmicas políticas, etc.). Consideramos também importante referir que uma grande parte dos blogues/sites analisados não trabalham só uma temática, mas possuem *posts* mais generalistas. Estes estão também integrados na temática Sociedade/Actualidade. Pudemos verificar que existem, no ciberespaço lusófono, várias redes de sociabilidade e fóruns que permitem o contacto e a partilha de opiniões e experiências sobre os problemas sociais, económicos e políticos vividos em alguns dos países da CPLP.

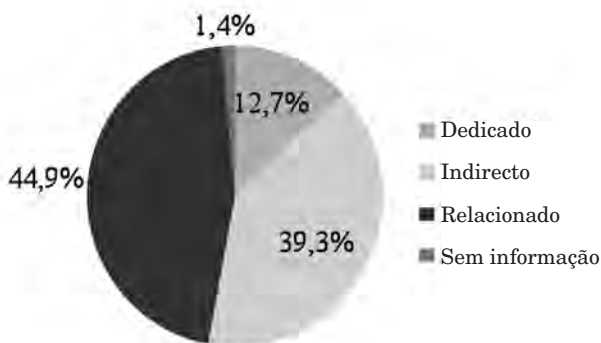
Como podemos verificar pela análise do quadro IV, as temáticas mais presentes nos blogues/sites são as relacionadas com a Sociedade/Actualidade (163 blogues), Política (62 blogues), Lusofonia (29 blogues) e Cultura (24 blogues).

País	Temáticas (mais de 5 blogues com a mesma temática)								
	Cultura	Diáspora	Economia	Educação	História	Lusofonia	Memória Social	Política	Sociedade/ Actualidade
Angola	5	2			2	2	4	7	18
Brasil	3	1	1	1	1	5		10	32
Cabo-Verde	5			2			1	3	24
Guiné-Bissau					1		3	1	4
Moçambique	1		2	1	1		1	15	16
Portugal	7			1	1	5	1	15	42
São Tomé							2		4
Timor-Leste	2		1	3	1	1		8	16
Outros	1	2	1			16	2	3	7

**Quadro IV:** Principais temáticas abordadas por país

Face à variedade das temáticas abordadas pelos blogues/sites analisados, consideramos pertinente integrá-los em categorias que permitissem uma leitura da sua aproximação às temáticas/palavras-chave da investigação.

Neste sentido, pela análise do gráfico IV, podemos observar que a maioria dos blogues/sites analisados possuem *posts* com temas relacionados com as temáticas do projecto (44,9%), embora 39,3 % introduza as temáticas de modo indirecto. Apenas 12,7% dedicam o seu espaço à discussão de assuntos relacionados com as temáticas do projecto.



**Gráfico IV:** Abordagem às temáticas do Projecto

Se analisarmos a abordagem às temáticas estudadas, tendo em consideração o país sobre o qual se debruça o blogue/site, constatamos que a maioria dos blogues que abordam estas temáticas de modo indirecto, não aprofundando as temáticas relacionadas com a lusofonia e a diáspora, discutem aspectos da realidade brasileira e portuguesa. Uma grande maioria dos blogues de Moçambique, Angola, Cabo Verde e Timor-Leste estão directamente relacionados com as temáticas seleccionadas. Angola possui o maior número de blogues/sites dedicados a estas temáticas. O campo “todos” corresponde aos blogues/sites que se debruçam sobre mais do que um país, ou que se dedicam à discussão de temáticas sobre todos os países da CPLP, sendo a maioria destes dedicados aos temas centrais da nossa investigação.

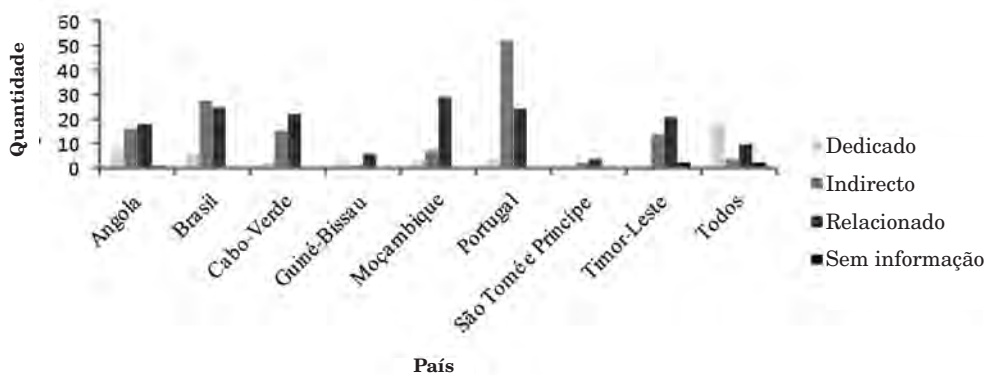


Gráfico V: Tipo de abordagem às temáticas do projecto por país

#### d) Identificação dos autores

Relativamente aos autores dos blogues/sites, não foi recolhida a informação sobre a profissão, pelo facto de ser um dado que raramente consta do perfil do autor. No entanto, pudemos constatar que a maioria dos autores que fazem referência à sua actividade exercem funções na área do jornalismo, literatura, economia e ensino. Também verificamos que existem espaços criados por estudantes, nomeadamente, estudantes universitários.

Muitos dos autores dos sites/blogues não disponibilizam os seus contactos ou o seu perfil, pelo que foi necessário fazer uma pesquisa profunda para obtermos estes dados.

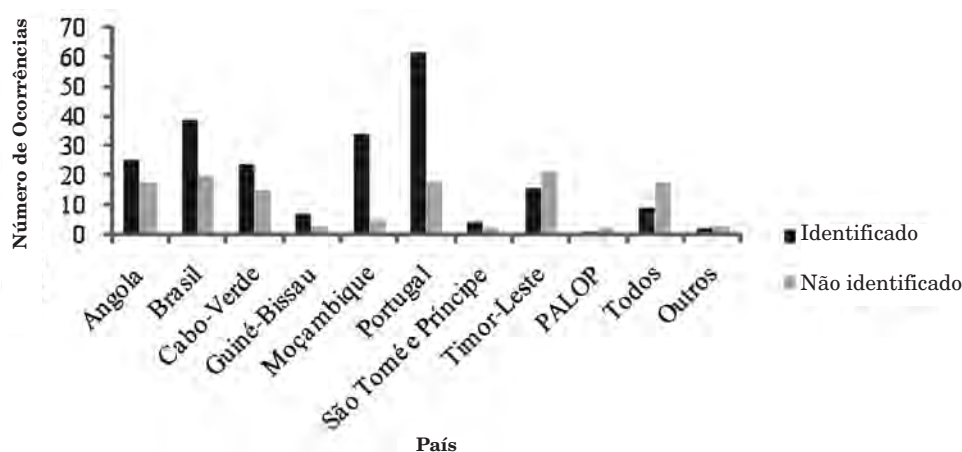


Gráfico VI: Identificação do autor por país

#### e) Idioma

Relativamente ao idioma (quadro V), a maioria dos blogues/sites utiliza como língua única, ou principal, o português (88,7 %). Pudemos também verificar que Cabo Verde é o país que possui maior número de blogues/sites escritos em outros idiomas além do português (crioulo, inglês, italiano). Em relação a Timor-Leste, observa-se uma variedade de blogues/sites desenvolvidos unicamente em tétum e outros que contêm *posts* em tétum e em português.

Idioma do blogue	Percentagem de blogues
Francês	0,3
Inglês	1,4
Inglês/Italiano	0,3
Português	88,7
Português/Crioulo	0,6
Português/Francês	0,3
Português/Inglês	0,8
Português/Inglês/Alemão	0,3
Português/Inglês/Tétum	0,9
Português/Tétum	2
Sueco/Inglês/Português	0,3
Tétum	1,4
Tétum/Inglês	0,6

Quadro V: Idioma dos blogues/sites

### f) Residência dos autores

A residência do autor diz respeito à localização do blogue/site no momento em que foi criado. Em alguns casos, constatamos que o país onde estava localizado o blogue/site não era a residência actual do autor. Por exemplo, em relação a Timor-Leste, verificamos que uma parte dos blogues/sites sobre este país são escritos a partir de Portugal e Inglaterra. É importante referir que todos os países da CPLP, com a excepção de São Tomé e Príncipe, possuem blogues/sites escritos e desenvolvidos a partir de Portugal. Estes dados remetem-nos para a importância da intervenção das diásporas no ciberespaço lusófono.

Residência	Países a que se referem os blogues										
	Angola	Brasil	Cabo-Verde	Guiné-Bissau	Moçambique	Portugal	São Tomé	Timor-Leste	PALOP	Mais de 1 país	Todos
Alemanha					1						
Angola	25								1		
Brasil	5	51					1			2	3
Cabo-Verde			29								
E.U.A											1
França						1					
Guiné-Bissau				4							
Itália			1								
Moçambique					28						1
Nova Zelândia		1									
Portugal	7	4	6	4	2	79		6			7
Reino Unido								2			
São Tomé							5				
Suécia					1						
Timor-Leste								19			
Outros								1			1
Sem Inf.	6	4	3	2	7			9	2	2	14

**Quadro VI:** Residência dos autores dos blogues/sites por país a que se referem

## VII. Discussão dos resultados

Examinamos, neste artigo, alguns blogues/sites existentes no ciberespaço lusófono, tendo por base um conjunto de palavras-chave, já referenciadas, directamente rela-



cionadas com as temáticas seleccionadas para esta investigação, elaborando a primeira aproximação a uma cartografia do ciberespaço lusófono.

Começamos por analisar as políticas para a Sociedade da Informação, o que proporcionou a compreensão, entre outros aspectos, da diferença do seu desenvolvimento nos oito países da CPLP. Verificamos que, quer no Brasil, quer em Portugal, a Sociedade da Informação teve um desenvolvimento considerável a partir da década de 90, quer através de iniciativas mais espontâneas e avulsas, quer através das políticas implementadas com o objectivo de promover o acesso às novas tecnologias de informação e comunicação. Nos restantes países que constituem o espaço da CPLP, o arranque rumo à Sociedade de Informação foi mais tardio. Em casos específicos, como o de Timor-Leste, este desenvolvimento foi impossibilitado pelos confrontos de 1999, que destruíram parte do sistema de telecomunicações no país.

Verificamos que os sites/blogues analisados foram criados entre 1998 e 2010, tendo a maioria sido actualizados neste último ano. Também é importante termos em atenção que a análise dos dados recolhidos indica que o Brasil é o país lusófono que inicia a actividade no ciberespaço mais cedo, em 1998. No que se refere às temáticas, os blogues analisados debruçam-se maioritariamente sobre questões da realidade social, política e cultural dos países que constituem a CPLP, tendo como temática predominante a que designamos de Sociedade/Actualidade e que integra um maior número de sites/blogues (46,8 %) analisados. Como referimos anteriormente neste trabalho, temas como, por exemplo, confrontos, problemas sociais e questões políticas constituem predominantemente o campo de intervenção e discussão no ciberespaço lusófono. A maioria dos blogues/sites analisados possuem *posts* com temas relacionados com as temáticas seleccionadas para esta investigação, mas só um número reduzido se dedica a discutir assuntos directamente relacionados com as questões da lusofonia.

Quando cruzamos os dados da identificação dos autores com o país, verificamos que os autores dos blogues/sites relativos a Portugal, Moçambique e Brasil se identificam através de perfil ou de outro modo, enquanto que os autores dos blogues/sites relativos a Timor-Leste, na sua maioria, não se identificam. Embora alguns autores não possuam perfil público, procuramos, no discurso, pistas que nos indicassem a sua localização. Este aspecto revela-se pertinente, porque os dados relativos à identificação do autor revelam a identidade espacial do mesmo (Mitra, 2008).

Relativamente ao idioma, a maioria dos blogues/sites utiliza como língua única, ou principal, o português. Pudemos também verificar que Cabo Verde é o país que possui maior número de blogues/sites escritos em outros idiomas além do português (crioulo, inglês, italiano). Em relação a Timor-Leste, observa-se uma variedade de blogues/sites desenvolvidos unicamente em tétum e outros que contêm *posts* em tétum e em português. É importante referir que todos os países da CPLP, com a excepção de São Tomé e Príncipe, possuem blogues/sites escritos e desenvolvidos a partir de Portugal, o que indica que os seus autores se encontram neste país.

## VIII. Conclusões

A Sociedade da Informação representa, nos nossos dias, o paradigma de desenvolvimento que inspira uma parte significativa da intervenção política e económica no mundo global, transformando os modos de vida dos cidadãos de forma acelerada. Entre as novas realidades criadas pela Sociedade da Informação, interessou-nos, neste artigo, perceber como se encontra organizado o ciberespaço, nomeadamente aquele que é construído e animado por cidadãos que pensam, sentem e falam em português.

Apresentando os países da CPLP paradigmas e níveis de desenvolvimento tão diversos, afigurou-se fundamental analisar o estado da Sociedade da Informação em cada um deles, de modo a melhor compreender os resultados obtidos na investigação empírica.

Efectivamente, parece existir uma correlação entre implementação de instrumentos de política e acesso à rede. Outra correlação possível de observar é a existente entre acesso à rede e a produção de conteúdos. É possível verificar que nos países que mais cedo arrancaram para a Sociedade da Informação a percentagem de utilizadores e subscritores de serviços de Internet é maior. Por conseguinte, são também estes países os que oferecem mais contributos ao nível de conteúdos colocados na internet e, no caso particular da nossa investigação, os que mais blogues colocam no ciberespaço. Mas esta correlação não é directa, nem linear: variáveis de natureza distinta influenciam também os resultados de cada país em matéria de Sociedade de Informação. A extensão e a fragmentação territorial, a posição geoestratégica (insularidade ou ultraperifericidade, por exemplo), a concorrência no mercado das telecomunicações, ou a cobertura dos serviços são factores que se configuram, muitas vezes, como facilitadores ou dificultadores da concretização dos instrumentos de política em resultados concretos.

No plano da investigação empírica, na qual se pretendeu apontar alguns contributos para uma primeira cartografia do ciberespaço lusófono, foi possível perceber que, de facto, o espaço virtual reflecte muitas das características do espaço real. A investigação empírica indica, também, que este espaço virtual constitui-se como um local de partilha de ansiedades entre bloguistas e entre estes e outras vozes que revelam preocupações semelhantes, criando uma identidade virtual, produto da sua relação no ciberespaço (Mitra, 2008). Esta conclusão responde, em parte, às questões lançadas nesta investigação: de facto, é possível identificar um esboço, no ciberespaço, de uma nova identidade lusófona, construída por cidadãos pro-activos que representam a diversidade e a pluralidade de culturas que caracterizam o mundo de língua portuguesa.

Todavia, há que ter em conta as elevadas taxas de infoexclusão em muitos dos países que constituem a CPLP e as consequências que daí advêm: as vozes silenciadas e as realidades ausentes do espaço virtual, e que também são parte da lusofonia, encontram-se excluídas desta nova dimensão da identidade lusófona.

Será, por isso, pertinente que investigações futuras venham esclarecer as novas questões que este estudo trouxe à luz. Uma compreensão mais fina do papel que os blogues, enquanto “forma singular de discurso que representa a voz dos corpos no espaço” (Mitra, 2008:1), desempenham na vida individual e colectiva de bloguistas, seus colaboradores e seguidores, a interacção e as redes de sociabilidade entre cidadãos lusófonos no ciberespaço, bem como as consequências da infoexclusão nos países da CPLP serão questões às quais deveremos dar atenção daqui em diante.

## Referências bibliográficas

- Bauman, Z. (1995) *Life in fragments: essays in postmodern morality*, Blackwell: Oxford.
- Bóia, J.M.P. (2003) *Educação e Sociedade: Neoliberalismo e os desafios do futuro* (1.ª Ed.), Lisboa: Edições Sílabo.
- Castells, M. (2004) *A Galáxia Internet — Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cerqueira, C., Ribeiro, L. e Cabecinhas, R. (2009). “Mulheres & blogosfera: contributo para o estudo da presença feminina na ‘rede’”. *Ex Aequo*, 19, 111-128. <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aeq/n19/n19a10.pdf>
- Fall, B. (2007) *ICT in Education in São Tomé and Príncipe*, Survey of ICT and education in Africa: São Tomé and Príncipe Country Report.
- Fox, V., Willie, L. e Maciel, B. (2009) Informação e denúncia no ciberespaço: análise de conteúdo do blog Pebodycount, Comunicação apresentada no XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Curitiba, PR, 4 a 7 de Setembro de 2009.
- Gaster, P., Cumbana, C., Macueve, G., Domingos, L., Mabila, F. (2009) *Inclusão digital em Moçambique: um desafio para todos*, Centro de Informática da Universidade Eduardo Mondlane (CIUEM): Moçambique.
- Gurak, L. e Antonijevic, S. (2008) The Psychology of Blogging: You, me and everyone in between, *American Behavioral Scientist*, vol. 52(1): 60.68, SAGE: London.
- Harvey, D. (1995) *The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change*, Blackwell; Cambridge.
- Lawson-Borders, G. & Kirk, R. (2005), Blogs in Campaign Communication, *American Behavioral Scientist*, vol. 49(4): 548-559. SAGE: London.
- Lévy, P. (2003) *Ciberdemocracia*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Macedo, L. (2005) Políticas para a Sociedade da Informação em Portugal: da concepção à implementação, *Comunicação e Sociedade*, nº 7, pp. 71-93.
- Mautner, G. (2005) Time to get wired: using web-based corpora in critical discourse analysis, *Discourse and Society*, vol. 16(6): 808-828. SAGE: London.
- Measuring the Information Society (2010). International Telecommunication Union, Geneva, Switzerland.
- Mitra, A. (2008) Using Blogs to Create Cybernetic Space: Examples from People of Indian Origin, *Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies*, vol. 14(4): 457-472. SAGE: London.
- Narciso, V. (2004) *Angola e as novas tecnologias de informação*, Observatório da Sociedade da Informação, UNESCO, Brasil.
- Pena, A. (2009) Comunicação e Liberação — A representação mediática da luta pela autodeterminação timorense, In *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona* (Memória Social e Dinâmicas Identitárias), Martins, M. L. e Cabecinhas, R. (Eds.), Grácio Editores: Braga.
- Reese, S., Rutigliano, L., Kideuk, H., Jeong, J. (2007) Mapping the Blogosphere: Professional and citizen-based media in the global news arena, *Journalism*, vol. 8(3): 235-261, SAGE: London.

- Rodrigues, G., Simão, J., Andrade, P. (2003) Sociedade da Informação no Brasil e em Portugal: um panorama dos Livros Verdes, *Ci. Inf.*, Brasília, v. 32, n. 3, p. 89-102.
- Santos, B.S. (org.) (2001) *Globalização : fatalidade ou utopia?*, Afrontamento: Porto.
- Seidi, U. (S/D) *Guiné Telecom: a parceria*, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa.
- Sousa, H. (2004) Recensão da trilogia «A Era da Informação: Economia Sociedade e Cultura» de Manuel Castells, *Comunicação e Sociedade*, nº 5, pp. 168-171.
- Tavares, M.A. (2007) *Sociedade de Informação em Cabo Verde: metas e desafios*, Monografia, Universidade Jean Piaget: Cabo Verde.
- Wagner, F. (2010) Habilidades e inclusão digital: o papel das escolas, in *Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil TIC Domicílios e TIC Empresas 2009*, Vieira e Santos (coord.), Comitê Gestor da Internet no Brasil: São Paulo.
- Webster, F. (1999) *Theories of Information Society* (4.<sup>a</sup> ed.), London: Routledge.

## Webgrafia

- Alvim, L. (2007) *A avaliação da qualidade de blogues*, [Disponível em <http://badinfo.apbad.pt/ Congresso9/COM105.pdf>, acessado em 18.08.2010].
- Blood, R. (2000) *Weblogs: A History and Perspective*, *Rebecca's Pocket*, [Disponível em [http://www.rebecca-blood.net/essays/weblog\\_history.html](http://www.rebecca-blood.net/essays/weblog_history.html), acessado em 18.08.2010].
- Cardoso, G. (1998). *A causa das questões ou o estado à beira da sociedade de informação* [Disponível em <http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/837/1/4.pdf>, acessado em 18.08.2010].
- Drezner, D. e Farrell, H. (2004) *The power and politics of blogs*, [Disponível em <http://www.utsc.utoronto.ca/~farrell/blogpaperfinal.pdf>, acessado em 17.09.2010].
- Moreira, S. (2010) Timor-Leste: ligando a sociedade civil, [Disponível em <http://pt.globalvoicesonline.org/2010/07/22/timor-leste-ligando-a-sociedade-civil/>], acessado em 18.08.2010]
- Serra, P. (2006) *A relação entre os blogs e os outros media: o caso da blogosfera portuguesa*, [Disponível em <http://www.bocc.uff.br/pag/serra-paulo-blogs-outros-media.pdf>, acessado em 18.08.2010].

## Outros documentos consultados

- Ante-projecto da Lei das Tecnologias de Informação da República de Angola (2007). [<http://www.angolanaInternet.ao/cnti/blog/anteprojecto.pdf>, acessado em 19.07.2010].
- Estratégia de Implementação da Política de Informática (2002), [Disponível em [http://www.portaldogoverno.gov.mz/docs\\_gov/estrategia/tecInfo/estrateg\\_impl\\_pol\\_inf/estg\\_pt.pdf](http://www.portaldogoverno.gov.mz/docs_gov/estrategia/tecInfo/estrateg_impl_pol_inf/estg_pt.pdf), acessado em 19.07.2010]
- Lei das telecomunicações de S. Tomé e Príncipe (2004). [Disponível em <http://www.juristep.com/legis/telecom.pdf>, acessado em 19.07.2010]
- Lei de Base das telecomunicações de Guiné-Bissau (1999). [Disponível em <http://www.arctel-cplp.org/app/uploads/membros/6689450024abcfcdce9536.pdf>, acessado em 19.07.2010].
- Lei de Base das Telecomunicações de Moçambique (2004), [Disponível em <http://www.incm.gov.mz/Documentos/Legislacao/Lei%20de%20Telecomunicacoes.pdf> acessado em 19.07.2010]
- Lei de Bases das Telecomunicações (2003). [Disponível em [http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/DL\\_2003\\_11\\_lei\\_bases\\_telecomunicacoes\\_1.pdf](http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/DL_2003_11_lei_bases_telecomunicacoes_1.pdf), acessado em 19.07.2010].
- Ligar Portugal (2005)*, integrada no Plano Tecnológico do XVII governo. [Disponível em <http://www.ligarportugal.pt/pdf/ligarportugal.pdf>, acessado em 19.07.2010].
- Livro Verde para a Sociedade da Informação Brasil (2000). [Disponível em [http://www.inst-informatica.pt/servicos/informacao-e-documentacao/biblioteca-digital/gestao-e-organizacao/BRASIL\\_livroverdeSI.pdf](http://www.inst-informatica.pt/servicos/informacao-e-documentacao/biblioteca-digital/gestao-e-organizacao/BRASIL_livroverdeSI.pdf), acessado em 19.07.2010]

Livro Verde para a Sociedade de Informação Portugal (1997). [Disponível em <http://www.posc.mctes.pt/documentos/pdf/LivroVerde.pdf>, acedido em 19.07.2010].

NOSI - Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação de Cabo Verde. [Disponível em [http://www.nosi.cv/index.php?option=com\\_docman&Itemid=113&lang=pt](http://www.nosi.cv/index.php?option=com_docman&Itemid=113&lang=pt), acedido em 19.07.2010].

PASI — Plano de Acção para a Sociedade de Informação Angola (2005). [Disponível em [http://www.angolanaInternet.ao/cnti/blog/pt\\_completo.pdf](http://www.angolanaInternet.ao/cnti/blog/pt_completo.pdf), acedido em 19.07.2010].

Plano de Acção para a Governação Electrónica (2005), [Disponível em [http://www.nosi.cv/index.php?option=com\\_docman&Itemid=114&lang=pt](http://www.nosi.cv/index.php?option=com_docman&Itemid=114&lang=pt), acedido em 19.07.2010]

Plano de Acção para a Governação Electrónica de Angola (2005), [Disponível em <http://www.angolanainternet.ao/cnti/pagedoc.htm>, acedido em 19.07.2010]

Plano de Acção para a Sociedade da Informação em Portugal (2003), [Disponível em [http://www.unic.pt/images/stories/publicacoes/I\\_Plano\\_Accao\\_SI.pdf](http://www.unic.pt/images/stories/publicacoes/I_Plano_Accao_SI.pdf), acedido em 19.07.2010]

Plano Tecnológico de Portugal (2005), [Disponível em [http://www.unic.pt/images/stories/legislacao/RCM\\_190\\_2005.pdf](http://www.unic.pt/images/stories/legislacao/RCM_190_2005.pdf), acedido em 19.07.2010]

Política de Informática Moçambique (2000). [Disponível online em [http://www.portaldogoverno.gov.mz/docs\\_gov/fold\\_politicas/tecInform/politica\\_informatica.pdf](http://www.portaldogoverno.gov.mz/docs_gov/fold_politicas/tecInform/politica_informatica.pdf), acedido em 19.07.2010]

Programa Estratégico para a Sociedade da Informação Cabo Verde (2005) [Disponível em [http://www.nosi.cv/index.php?option=com\\_docman&Itemid=113&lang=pt](http://www.nosi.cv/index.php?option=com_docman&Itemid=113&lang=pt), acedido em 19.07.2010]